

Ao Excelentíssimo Presidente da Comissão de Licitações no âmbito do Procedimento Licitatório Presencial nº 001/2023 DECOMP/DA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PRESENCIAL Nº 001 / 2023 – DECOMP/DA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Melhor Combinação de Técnica e Preço

Regime de execução: **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**

MDF - Modo de disputa **FECHADO**

Forma de processamento da licitação: **PRESENCIAL**

Processamento: **FASE RECURSAL ÚNICA**

O (“Recorrente”) **CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS** com sede na Avenida do Contorno, 7218, 13º andar – Sala 13-E, Bairro Lourdes, CEP nº 30.110-048, composto pelas empresas: **GND CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 04.569.147/0001-58, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 7218, 13º andar, Bairro Lourdes, CEP 30.110-048, **INFRACON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 57.444.283/0001-88, com sede em Belo Horizonte – MG, na Avenida Raja Gabaglia, 4977 – Sala 404, Bairro Santa Lucia, CEP nº 30.360-670 e **RECICLAR ENGENHARIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 11.746.358/0001-84, com sede na TV São Sebastião nº 098, sala 01, Centro, Rio Novo do Sul – E, cep: 29.290-000, vem apresentar **TEMPESTIVAMENTE** o indispensável

RECURSO

com fundamento no item 15 e seguintes do Edital de Licitação e ainda no artigo 59 § 1º da Lei Federal nº 13.303/2016¹, cujas razões seguem em anexo, requerendo sejam elas

¹ Art. 59. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

recebidas e processadas na forma da Lei.

Requer, assim, que recebido e processado o presente Recurso, seja-lhe dado provimento, reformando-se a decisão recorrida no julgamento originário ou por ocasião de sua reapreciação pela autoridade superior, para seja determinada desclassificação do **CONSÓRCIO MARQUISE/ARCHITECTUS**, pelas razões consubstanciadas em seguir:

Pede deferimento.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

§ 1º Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 51 desta Lei.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PRESENCIAL Nº 001 / 2023 - DECOMP/DA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Melhor Combinação de Técnica e Preço

Regime de execução: CONTRATAÇÃO INTEGRADA

MDF - Modo de disputa FECHADO

Forma de processamento da licitação: PRESENCIAL

Processamento: FASE RECURSAL ÚNICA

RAZÕES DO RECURSO

I-INTRODUÇÃO

- 1- Por meio do Edital **LICITATÓRIO PRESENCIAL Nº 001 / 2023 - DECOMP/DA** a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP promoveu a presente licitação objetivando a contratação integrada de empresa ou consórcio, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia, bem como As Built (“Como Construído”); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; à montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários à entrega final, em condições de funcionamento, do Hospital do Recanto das Emas (HRE), a ser localizado no Lote 25, Quadra 104, Setor Hospitalar, Recanto das Emas -DF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.
- 2- Estabelecido ainda, nos termos de Edital (item 1.2 e 1.3) que o regime de execução e a contratação integrada e ainda que o critério de julgamento a melhor combinação técnica e preço.
- 3- O valor estimado da licitação é R\$ 144.240.624,10 (Cento e quarenta e quatro milhões, duzentos e quarenta mil, seiscentos e vinte e quatro reais e dez centavos) conforme Planilha Orçamentária Estimativa-R04 e ainda que critério de julgamento envolve melhor preço.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

- 4- Ressaltamos ainda o Edital prevê fase recursal única consonância com o que dispõe o art. 59, § 1º da Lei federal nº13.303/2016 que determina:

Art. 59. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

§ 1º Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 51 desta Lei.

- 5- Desta feita, após a declarado o CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS, vencedor, conforme aviso de julgamento e declaração de vencedor publicado em 27/02/2024, irrefutável a necessidade de aviamento do presente recurso tendo em vista que a **proposta de técnica e a proposta comercial** do CONSÓRCIO MARQUISE/ARCHITECTUS não observaram aos termos e condições previstas no edital conforme passamos a expor:

II - DO MÉRITO

II.I -Da proposta técnica da Licitante Recorrida:

- 6- No que concerne à apresentação da proposta técnica o Edital PL001/2023 determina:

7 DA PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPE “A”)

7.1 A proponente deverá apresentar PROPOSTA TÉCNICA em linguagem clara e objetiva, numerada sequencialmente, devidamente encadernada em tamanho A4, numerada e assinada pelo representante legal ou procurador, contendo os seguintes tópicos:

- Itens 3 e 4 - Qualificação da Equipe – a empresa licitante deverá apresentar os seguintes elementos para comprovação da qualificação e experiência da equipe técnica a ser indicada:

o Relação da Equipe Técnica: identificando os profissionais indicados para os cargos: de Engenheiro/Arquiteto Coordenador/Supervisor geral (sênior); Engenheiro Civil especialista em estruturas (pleno); Engenheiro especialista em instalações elétricas e eletrônicas (pleno); Engenheiro especialista em instalações hidrossanitárias (pleno); Engenheiro especialista em instalações mecânicas (pleno); **Engenheiro especialista em licenciamento ambiental (pleno).**

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

o Capacidade técnica dos Profissionais - a empresa licitante deverá apresentar os seguintes elementos para comprovação da capacidade técnica profissional de sua equipe:

- Currículo com, no máximo, 3 (três) páginas;
- Declaração autorizando a sua inclusão na equipe técnica;
- Comprovação do tempo de formado por meio de cópia autenticada da Carteira do CREA ou do Diploma, devidamente registrado; e
- Comprovação da experiência em serviços similares, por meio da apresentação de Atestado(s), acompanhado(s) da respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, devidamente registrada(s) no CREA/CAU, destacando em sua documentação os itens a serem considerados para fins de comprovação.

- 7- Referido item estabelece ainda que a pontuação da proposta técnica será calculada a partir da fórmula envolvendo na equação, a qualificação da equipe (itens 3 e 4 da tabela) vejamos:

7.2 Da pontuação da PROPOSTA TÉCNICA:

7.2.1 A Nota da Proposta Técnica (NT), variando de 0 a 100 pontos, deverá ser atribuída pela Comissão de Licitação da NOVACAP, por critérios técnicos vinculados ao objeto do certame, devidamente justificados, ou seja, de acordo com as tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 apresentadas a seguir:

7.2.2 A pontuação será calculada utilizando-se a fórmula a seguir:

$$NPT = PT + QE + EE$$

Onde:

NPT: é a Nota da Proposta Técnica

PT: é Plano de Trabalho

QE: é Qualificação da Equipe (itens 3 e 4 da Tabela 1 - Soma da pontuação das Tabelas 4 e 5)

EE: é Experiência da Empresa

- 8- Neste contexto, os pontos que foram careados ao CONSÓRCIO MARQUISE/ARCHITECTUS quanto ao atendimento desse quesito devem ser desconsiderados haja vista que na proposta técnica apresentada não houve o preenchimento dos itens 3 e 4 - Qualificação da Equipe.
- 9- Houve descumprimento do Consórcio Recorrido sob o mesmo item do Edital quanto o Capacidade técnica dos Profissionais haja vista que a comprovação dos elementos da capacidade técnica profissional de sua equipe contraria a solicitação do item 7.1, subitem 3 e 4 do edital - **TODOS OS MEMBROS DA EQUIPE DE PROJETOS APRESENTARAM SEUS CURRÍCULOS COM MAIS DE 3 PÁGINAS.** (conforme consta da documentação do Consórcio Recorrido página 319 a 373):

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

o Capacidade técnica dos Profissionais - a empresa licitante deverá apresentar os seguintes elementos para comprovação da capacidade técnica profissional de sua equipe:

- Currículo com, no máximo, 3 (três) páginas;

10- Conforme regulamentando o art. 37 A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objeto e dos que lhes são correlatos.

11- Imperioso se faz a observância estrita aos termos do Edital de modo a dar tratamento isonômico a todos os licitantes. Aceitar os currículos sem observar referidos critérios constitui inobservância aos termos do Edital aos quais a Administração Pública encontra-se estritamente vinculada.

12- Ainda quanto ao preenchimento itens 3-4 Qualificação da Equipe - Tabela 5 - ressaltamos a invalidade dos atestados técnicos dos RT's Eng. Civil José Santos Carvalho, Eng. Assis Lyncoln Freitas, e Eng. Mecânico Humberto Coelho Halliday, conforme passamos a expor:

II.II - Quanto ao Eng. Civil José Santos Carvalho

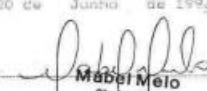


13- O edital é cristalino ao estabelecer que “• *Comprovação da experiência em serviços similares, por meio da apresentação de Atestado(s), acompanhado(s) da respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, devidamente registrada(s) no CREA/CAU, destacando em sua documentação os itens a serem considerados para fins de comprovação.*”

14- Não obstante, o atestado apresentado deste profissional (conforme páginas 482 a 485 do Consórcio Recorrido), para comprovação de reforma e ampliação do Hospital Otavio de Freitas foi emitido pela própria construtora contratada e não pelo contratante (Hospital Geral Otavio de Freitas). **O atestado tampouco tem uma declaração de ciência emitida pelo Hospital restando patente o descumprimento e/ou ausência de preenchimento deste requisito do Edital.**

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS


15- Sob este posto o Edital determina expressamente no Item 7.2.4 que:

7.2.4 Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pela CONTRATANTE principal, deverá ser apresentada declaração formal do CONTRATANTE principal, confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução ou um de seus responsáveis técnicos.

CONSELHO REGIONAL DE		CERTIDÃO DE ACRESCIMO TÉCNICO		0482	
ENGENHARIA, ARQUITETURA		CERT. No. 01-01745/96 PRGT. No. 01-01479/96			
E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO					
Nome.....: JOSE SANTOS CARVALHO*****					
Carteira No: PE-006860-D Excedida em 21/07/77					
Título.....: ENGENHEIRO CIVIL					
Atribuições					
Lei	Decreto	Resolução	Artigo	C/E	Alínea Obs
	23567		20	E	
Por delegação do Sr. Presidente deste Conselho, conforme consta da portaria No 017/93, e, em atendimento ao disposto no artigo 6º da Resolução No 317/86, do CONFEA, CERTIFICANDO que o profissional acima qualificado procedeu as "Anotações de Responsabilidade Técnica - ART", constantes do presente certificado, tendo comprovado a efetiva realização das Obras/Serviços indicados, conforme descrição abaixo:*****					
ART Número.....: 000115654 Data.....: 18/06/96					
Contratante.....: CONSTRUTORA S. CARVALHO LTDA.					
Contratado.....: JOSE SANTOS CARVALHO*****					
Serv. Contratado.: EXECUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO					
Autoria.....: CD-RESPONSÁVEL					
Dimensões.....: *****					
Local Obra/Serv.: RUA AFRIGIO GUIMARAES, S/N., TELIFIO					
30910510, RECIFE - PE					
DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO:					
OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO VERTICAL E ACESSOS DO HOSPITAL GERAL					
DIVISÃO DE PREÇOS DE LUBRILH. *****					
E, nada mais tendo sido requerido, foi lavrada a presente certidão, a qual depois de lida e achada conforme vai assinada por Mabel Araújo Campos de Melo, chefe da Divisão de Registro e Cadastro Técnico.					
Recife, 20 de Junho de 1996					
					
Mabel Melo					
Chefe-DRC					
CREA/PE					
					
					

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

0483

**S. CARVALHO**
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO SAMPÃO CARVALHO LTDA.

Este documento é parte integrante
da certidão N.º 01749
Recife, 20/06/1996
[assinatura]
DRC

ATESTADO DE SERVIÇOS

Atestamos para fins de Acervo Técnico, que o Engenheiro Civil José Santos Carvalho, CREA-6860-D-PE, executou como Engenheiro Residente, os serviços de mão de obra e gerenciamento de Reforma e Ampliação do Bloco Vertical e Acessos do Hospital Geral Otávio de Freitas, localizado na Rua Aprígio Guimarães s/nº, Tejipió-Recife-PE, constando das seguintes obras e serviços:

1. DESCRIÇÃO SUSCINTA DA OBRA:

A Obra do Hospital Geral Otávio de Freitas, foi constituída de um bloco vertical com 05 (cinco) pavimentos e outro horizontal, tendo as seguintes características:

- 1.1 - 240 leitos para internamento, distribuídos em apartamentos de 04 e 02 leitos, todos tipo suite.
- 1.2 - Centro Cirúrgico com 06 (seis) salas de cirurgia, 03 salas de arsenal, 02 vestiários, sala de estar médico, sala de expurgo, circulações para material limpo e para material sujo, centro de pré-lavagem.
- 1.3 - 02 UTI, com 06 (seis) leitos cada. Uma para atendimento do centro cirúrgico e outra para atendimento de emergência.
- 1.4 - Sala de recuperação cirúrgica com 04 leitos.
- 1.5 - Setor de emergência com 27 leitos, farmácia de apoio, 02 salas de triagem, 02 salas de higienização, consultórios, setores de traumatologia, cardiologia, psiquiatria, endoscopia e ultrasonografia.
- 1.6 - 09 (nove) postos médicos.
- 1.7 - 12 (doze) consultórios médicos.
- 1.8 - Laboratório Bioquímico.
- 1.9 - Farmácia Central e 10 postos de distribuição de medicamentos.
- 1.10 - Banco de Sangue.
- 1.11 - Cozinha Industrial.
- 1.12 - Refeitório.

[Assinatura]
Engenheiro Civil
José Santos Carvalho
CREA-6860-D-PE


04 DEZ. 2023

[Assinatura]
CONSTRUTORA S. CARVALHO LTDA.

Rua Prof. Pedro Augusto, 300, Jardim São Paulo, Recife-PE. Fone 251-4824 Fax 455-1165 CEC 11.284.114/0001-27 INSC. EST. 18.1.002.005241-4

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

0483

**S. CARVALHO**
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO SÁMUEL CARVALHO LTDA.

Este documento é parte integrante
da certidão N.º 017249
Recife, 20/06/1996
20/06/1996
DRC

ATESTADO DE SERVIÇOS

Atestamos para fins de Acervo Técnico, que o Engenheiro Civil José Santos Carvalho, CREA-6860-D-PE, executou como Engenheiro Residente, os serviços de mão de obra e gerenciamento de Reforma e Ampliação do Bloco Vertical e Acessos do Hospital Geral Otávio de Freitas, localizado na Rua Aprígio Guimarães s/nº, Tejipió-Recife-PE, constando das seguintes obras e serviços:


1. DESCRIÇÃO SUCINTA DA OBRA:

A Obra do Hospital Geral Otávio de Freitas, foi constituída de um bloco vertical com 05 (cinco) pavimentos e outro horizontal, tendo as seguintes características:

- 1.1 - 240 leitos para internamento, distribuídos em apartamentos de 04 e 02 leitos, todos tipo suite.
- 1.2 - Centro Cirúrgico com 06 (seis) salas de cirurgia, 03 salas de arsenal, 02 vestiários, sala de estar médico, sala de expurgo, circulações para material limpo e para material sujo, centro de pré-lavagem.
- 1.3 - 02 UTI, com 06 (seis) leitos cada. Uma para atendimento do centro cirúrgico e outra para atendimento de emergência.
- 1.4 - Sala de recuperação cirúrgica com 04 leitos.
- 1.5 - Setor de emergência com 27 leitos, farmácia de apoio, 02 salas de triagem, 02 salas de higienização, consultórios, setores de traumatologia, cardiologia, psiquiatria, endoscopia e ultrasonografia.
- 1.6 - 09 (nove) postos médicos.
- 1.7 - 12 (doze) consultórios médicos.
- 1.8 - Laboratório Bioquímico.
- 1.9 - Farmácia Central e 10 postos de distribuição de medicamentos.
- 1.10 - Banco de Sangue.
- 1.11 - Cozinha Industrial.
- 1.12 - Refeitório.

Assinatura de José Santos Carvalho
José Santos Carvalho
Engenheiro Civil
CREA-6860-D-PE

08 DEZ. 2023



CONSTRUTORA S. CARVALHO LTDA.

Rua Prof. Pedro Augusto, 300, Jardim São Paulo, Recife-PE. Fone 251-4624 Fax 455-1165 CEC 11.234.114/0001-27 INSC. EST. 15.1.002.005241-4

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

0485

Este documento é parte integrante da certidão N.º 01249 Recife, 20/06/96

S. CARVALHO
CONSTRUTORES E COMÉRCIO SAMPÃO CARVALHO LTDA.

2.10 - Instalação Elétrica

2.10.1 - Carga instalada	2.062,50 KVA
2.10.2 - Instal.de emergência atendida por grupo gerador automático c/cap.de	400,00 KVA
2.10.3 - Sala de medição de corrente de alta tensão	01 UN
2.10.4 - Quantidade de subestações (1.500KVA, 450 KVA, 112,5KVA)	03 UN
2.10.5 - Quantidade de fios de cabos utilizados	300.000 M
2.11.6 - Quantidade de circuitos	2.000 UN

2.11 - Instalações Especiais:

2.11.1 - Instalações Telefônicas no de pontos	98 UN
2.11.2 - Instalações de combate a incêndio c/sistema Splinkers, detetores hidrantes, sinalizações, luz de emergência e centrais eletrônicas	
2.11.3 - Proteção radiológica, com uso de revestimentos à base de Barita ..	
2.11.4 - Central de Ar Condicionado	
2.11.5 - Sistema de distribuição de oxigênio, óxido nitroso e rede de vácuo	
2.11.6 - Sistema de chamadas de enfermeiras	240 pts
2.11.7 - Instalações de elevadores	03 UN
2.11.8 - Sistema de sonorização de ambiente	70 pts

3.0 - PRAZO E EXECUÇÃO

3.1 - Início	Agosto/88
3.2 - Término	Agosto/90

Recife, 17 de Maio de 1990
CONSTRUTORA S. CARVALHO LTDA.

Rua Prof. Pedro Augusto, 300, Jardim São Paulo, Recife-PE. Fone 251-4824 Fax 495-1185 COC 11.284.114/0001-27 INSC. EST. 15.1.002.0556241-4

16- Conforme visto acima, a certidão apresentada para comprovação de atestado que além de ser emitida somente pela Contratada, não trouxe a declaração formal do CONTRATANTE principal, qual seja, do Hospital Geral Otavio de Freitas.

17- Ao contrário disso, a declaração aposta à respectiva CAT é da própria empresa Construtora S. Carvalho (como se vê das fls. 483 da documentação do Consórcio Recorrido) o que não fato é permitido, que seja por força do Edital, quer seja por determinação legal.

18- Como cediço, finalidade da previsão de atestados, na Lei de Licitações, com o intuito de certificar a qualificação técnica dos licitantes, é para garantir um

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

mínimo de confiabilidade à Administração, acerca da capacidade da empresa para levar a efeito o empreendimento, em respeito a padrões técnicos aceitáveis.

- 19- Ainda que não seja viável obter garantia plena acerca da habilidade do licitante para desempenhar a futura contratação, o que não se pode admitir é que uma empresa declare estar apta a executar o objeto sem o aval de terceiros, destinatários do objeto. **Que garantia haveria à Administração Pública, no caso NOVACAP a quem compete zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos, ao permitir que uma pessoa jurídica emita atestado de capacidade técnica em favor de si mesma?**
- 20- A situação do caso em testilha é ainda mais agravante haja vista que o Consórcio recorrido sequer juntou a declaração formal do Hospital Contratante principal, descumprindo da íntegra o item 7.2.4 do Edital.
- 21- O atestado de comprovação de qualificação técnica, na forma apresentada fere os princípios da moralidade e da impessoalidade.
- 22- Acrescenta-se ainda o atestado de execução de obra, embora registrado na entidade profissional competente, não se reveste da presunção legal de autenticidade ou verdade em relação **à efetiva execução da obra**, equivalendo isso a dizer que, independentemente de quem tenha firmado o atestado de execução de obra, a entidade profissional somente dá fé pública do registro daquele documento, mas não de seu conteúdo. **Pela veracidade deste conteúdo responsabiliza-se o signatário do atestado, sujeitando-se às penas da lei caso se comprove que faltou com a verdade.**
- 23- Neste sentido é o entendimento do TCU, vejamos:

AC nº 608/2005 - Plenário

c) a comprovação de uso de uma das unidades pela 'sócia' da empresa Life não é suficiente para dar legitimidade à auto-atestação, visto que esta, tendo responsabilidade distinta da responsabilidade da empresa, não subscreve o atestado. E, ainda

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

que o subscrevesse, como dona da empresa, não refugiria ao problema ético da atestação em interesse próprio;

d) os órgãos de fiscalização profissional não tem competência para decidir sobre aspectos da licitação nem responsabilidade sobre o teor e autenticidade dos atestados que certifica, conforme alertado no próprio texto da certificação e confirmado pelo Sr. Presidente do Confea e pela jurisprudência da Justiça Federal;

e) a Lei de licitações busca efeito probante ao atestado de capacidade técnica, dando feição de testemunha ao seu fornecedor, sendo, para isso, indispensável o princípio da alteridade, portanto, é tecnicamente impossível a aceitação de um atestado emitido por uma empresa para si mesma;

f) a atestação em proveito próprio atinge a ética, ferindo a legitimidade, objeto de fiscalização do controle externo, devendo o ato ser impugnado pelo TCU.

(...)

Ante o exposto, este Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União manifesta-se no sentido de que o TCU, conhecendo da Representação em tela, considere-a, no mérito, improcedente e, por conseguinte, determine o seu arquivamento."

(...)

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar ao TCU que tome as providências necessárias à inabilitação da empresa Life Climatização Ltda., por não atendimento à Condição 29.5 do Edital da Concorrência nº 08/2003, dando-se continuidade ao certame; (grifos nossos)

24- Face ao exposto, reprise-se os 2 (dois) pontos que foram careados ao CONSÓRCIO MARQUISE/ARCHITECTUS quanto ao atendimento desse quesito devem ser desconsiderados haja vista que a CAT para comprovação de qualificação de Equipe técnica ao Eng. José Santos Carvalho indicado como responsável técnico por execução de obra de prevenção e combate a incêndio, não atendeu ao item 7.2.4 do Edital.

25- O Consórcio Recorrido deve ter sua proposta técnica desclassificada ante a patente descumprimento do item 7.1, subitem 3 e 4 do edital e conforme determina o item 10.5 do instrumento convocatório:

10.5 Serão inabilitadas e desclassificadas as licitantes que não satisfizerem os requisitos exigidos para participação na licitação.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

II.III - Quanto ao Eng. Civil Assis Lyncoln Freitas

26- Conforme consta da documentação do Consórcio Recorrido o Eng. Engenheiro Civil Assis Lyncoln Freitas foi indicado como responsável técnico por elaboração de projeto de instalações de prevenção e combate a incêndio, conforme item 6 da tabela 5 – qualificação da equipe técnica que determina:

7	Engenheiro Civil com tempo de experiência como chefe de equipe ou responsável técnico por elaboração de projeto de instalações de prevenção e combate a incêndio	ano	1 < anos ≤ 5	0,5
---	--	-----	--------------	-----

https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=139029681&infra_si... 11/48

15/10/2023, 07:00

SEI/GDF - 123824847 - Edital de Licitação

		5 < anos ≤ 9	1,0
		anos > 9	1,5

27- Ocorre que o atestado apresentado pelo Consórcio Recorrido não apresenta a experiência em elaboração de projeto de prevenção e combate a incêndio, devendo a pontuação atribuída quanto ao preenchimento, qual seja, 1,5 pontos ser revista:

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CREA-CE

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

199611/2019

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará - Crea-CE, o Acervo Técnico do profissional **ASSIS LYNCOLN FREITAS** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **ASSIS LYNCOLN FREITAS**
Registro: **132930 CE** RNP: **0603483178**
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **CE20190541559** Tipo de ART: **REGULARIZAÇÃO DE OBRA / SERVIÇO - RES. 1.050 - ART FORA DE ÉPOCA** Registrada em: **19/11/2019** Baixada em: **21/11/2019**

Forma de registro: **INICIAL**

Participação técnica: **EQUIPE**

Empresa contratada:

Contratante: **ARCHITECTUS S/S**

Endereço do contratante: **RUA CANUTO DE AGUIAR**

Complemento: **C**

Cidade: **FORTALEZA**

Contrato: **060/2012**

Valor do contrato: **R\$ 28.000.000,00**

Ação institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

Endereço da obra/serviço: **AVENIDA BARTOLOMEU DE GUSMÃO**

Complemento:

Cidade: **RIO DE JANEIRO**

Data de início: **06/12/2012**

Conclusão efetiva: **05/12/2013**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Proprietário: **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ**

CPF/CNPJ: **05.677.555/0001-96**

Nº: **1401**

Bairro: **MEIRELES**

UF: **CE**

CEP: **60160120**

Nº: **S/N**

Bairro: **SÃO CRISTÓVÃO**

UF: **RJ**

CEP: **20941180**

Atividade Técnica: **21 - ELABORAÇÃO RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> EDIFICAÇÃO -> #1179 - MATERIAIS MISTOS 5 - PROJETO 124440,81 METRO QUADRADO.**

Observações

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELOS PROJETOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA O COMPLEXO DOS INSTITUTOS NACIONAIS - CIN FIOCRUZ, CONFORME CONTRATO 060/2012.

Número da ART: **CE20190572851** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **22/11/2019** Baixada em: **22/11/2019**

Forma de registro: **COMPLEMENTAÇÃO DE PRAZO**

Participação técnica: **EQUIPE**

Empresa contratada:

Contratante: **ARCHITECTUS S/S**

Endereço do contratante: **RUA CANUTO DE AGUIAR**

Complemento: **C**

Cidade: **FORTALEZA**

Contrato: **060/2012**

Valor do contrato: **R\$ 28.866.500,00**

Ação institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

Endereço da obra/serviço: **AVENIDA BARTOLOMEU DE GUSMÃO**

Complemento:

Cidade: **RIO DE JANEIRO**

Data de início: **06/12/2012**

Conclusão efetiva: **19/07/2016**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Proprietário: **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ**

CPF/CNPJ: **05.677.555/0001-96**

Nº: **1401**

Bairro: **MEIRELES**

UF: **CE**

CEP: **60160120**

Nº: **S/N**

Bairro: **SÃO CRISTÓVÃO**

UF: **RJ**

CEP: **20941180**

Atividade Técnica: **21 - ELABORAÇÃO RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> EDIFICAÇÃO -> #1179 - MATERIAIS MISTOS 5 - PROJETO 124440,81 METRO QUADRADO.**

Observações

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELOS PROJETOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA O COMPLEXO DOS INSTITUTOS NACIONAIS - CIN FIOCRUZ, CONFORME CONTRATO 060/2012.

Aditivo: **2º ADITIVO DE PRAZO**

Número da ART: **CE20190572847** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **22/11/2019** Baixada em: **22/11/2019**

Forma de registro: **COMPLEMENTAÇÃO DE PRAZO**

Participação técnica: **EQUIPE**

Empresa contratada:

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

RUA CASTRO E SILVA, 81 - CENTRO - FORTALEZA - CEARÁ

Tel. + 55 (85) 3453-5800 Fax. + 55 (85) 3453-5804 E-mail: faseconcreco@crea-ce.org.br

CREA-CE

Impresso em: 18/12/2019, às 13:37.



CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CREA-CE

Página 2/16
0269
CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
199611/2019
Atividade concluída

Contratante: ARCHITECTUS S/S
Endereço do contratante: RUA CANUTO DE AGUIAR
Complemento: C
Cidade: FORTALEZA
Contrato: 060/2012
Valor do contrato: R\$ 20.055.500,00
Ação institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE
Endereço da obra/serviço: AVENIDA BARTOLOMEU DE GUSMÃO
Complemento:
Cidade: RIO DE JANEIRO
Data de início: 06/12/2012
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Previdência: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
Atividade Técnica: 21 - ELABORAÇÃO RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> EDIFICAÇÃO -> #1179 - MATERIAIS MISTOS 5 - PROJETO 134440,61 METRO QUADRADO.
Observações:
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELOS PROJETOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA O COMPLEXO DOS INSTITUTOS NACIONAIS - CIN FIOCRUZ, CONFORME CONTRATO 060/2012.
Aditivo: 1º ADITIVO DE PRAZO

CPF/CNPJ: 05.677.555/0001-96
Nº: 1401
Bairro: MERIELES
UF: CE
CEP: 60160120
Nº: SN
Bairro: SÃO CRISTÓVÃO
UF: RJ
CEP: 20941160
CPF/CNPJ: 33.781.055/0001-35

Concluído em: 05/12/2012
Tipo do contratante: PESSOA JURÍDICA
Conclusão efetiva: 05/12/2014

Informações Complementares
• ART REGULARIZADA CONFORME RESOLUÇÃO 1050/2013/CONFEA

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 14 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 199611/2019
13/12/2019, 13:45
aY287

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constitui prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou vier a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado aprofundado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: aY287



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará
RUA CASTRO E SILVA, 81 - CENTRO - FORTALEZA - CEARÁ
Tel. + 55 (85) 3453-5800 Fax: + 55 (85) 3453-5804 E-mail: fis@crea-ce.org.br

CREA-CE

Ingresso em: 16/12/2019, às 13:37.



CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

Página 11/16
0278

de produtos disponíveis na rotina do país, quando não puderem ser utilizados devido à hipersensibilidade ou eventos adversos graves em usos anteriores e imunização de indivíduos com imunodeficiências

Banco de Leite: são centros públicos de lactação vinculados a hospitais infantis e maternidades, responsáveis por promover o aleitamento materno e executar as atividades de coleta interna ou recepção de doação externa, controle de qualidade, pasteurização e distribuição do leite pasteurizado. Promove, apoia e protege a amamentação, incluindo atividades de orientação preventiva e curativa de problemas.

Interação em Contenção NB3+: Centro de tratamento especializado em assistência médica para pacientes com enfermidades graves cujos agentes patogênicos estejam classificados como risco biológico 3 (IN 07 CTNBio) como Virus da Encefalite Equina, Mycobacterium tuberculosis (TB Multirresistente), Coxiella burnetii, Brucella spp, Bacillus anthracis, HIV, SARS, H1N1 e correlatos. Podendo estar preparado para a recepção de pacientes com suspeita de enfermidade de risco biológico 4 por meio de medidas de prevenção e equipamentos específicos como CSB, principalmente para situações de suspeita de contaminação por Ebola ou varíola.

Áreas Técnicas/Pavimento Técnico: Espaços dedicados a instalação de equipamentos de infraestrutura predial, nomeadamente unidades de refrigeração/filtragem, compressores, quadros e racks de telecom, quadros elétricos, etc.

Sala Cofre (Camada/Tier III): Espaço com infraestrutura diferenciada para implantação de acordo com a NBR 15247 e a ANSI/TIA-942 com ambiente estanque, testado e certificado com proteção contra fogo, calor, umidade, gases corrosivos, fumaça, água, arrombamento, acesso indevido, além de sabotagem, impacto, explosão e magnetismo. A classificação das salas cofre versa sobre o nível de proteção contra os eventos citados acima, redundância ou não de sistemas, sistemas estruturais de suporte ininterrupto (grupos geradores, UPS/No-Break, Sistema de climatização de precisão, etc).

A classificação Camada/Tier III preconiza: Redundância de N+1, Disponibilidade de 99,98%, Baterias de 15 anos, Controle de acesso com verificação de entrada dupla (carona) e controle de acesso, Sala de operações fisicamente separadas do Data Center, Distanciamento mínimo de área de risco de inundação, litoral ou área navegável e vias de concentração de tráfego, Sistema interrupção energia, Portas controladas, Gravação das imagens e By-pass de manutenção dedicado ao UPS.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

- **ANTÔNIO AMÉRICO FARIAS LIMA**, ENGENHEIRO CIVIL CREA-RNP: 0601902042;
- **ALISSON DOS SANTOS CORDEIRO**, ENGENHEIRO CIVIL CREA-RNP: 0601752180;
- **LYNCOLN FREITAS**, ENGENHEIRO CIVIL - CREA-CE RNP: 060348317-8.

INFRAESTRUTURA, INCLUINDO:



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará
RUA CASTRO E SILVA, 81 - CENTRO - FORTALEZA - CEARÁ
Tel. + 55 (85) 3453-5800 Fax. + 55 (85) 3453-5814 E-mail: faterconrec@creaor.org.br

CREA-CE

Impresso em: 16/12/2019, às 13:37.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará, vinculando a Certidão nº 1995112019, emitida em 13/12/2019



Certidão nº 1995112019
16/12/2019, 13:37
Chave de Impressão: 47287
O documento registrado encontra-se emitido em 16/12/2019 e contém 14 folhas



28- Como se vê, a Certidão de Acervo Técnico (CAT) do **Eng. Assis Lincoln Freitas** não consta do acervo apresentado **QUALQUER ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO** o que, por si só gera afronta aos Termos do que determina o item 6 da Tabela 5 do Edital.

29- Outrossim, a tampouco é possível identificar esta comprovação no atestado apresentado no processo licitatório, impossibilitando assim uma análise clara da

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

Comissão julgadora em relação a real capacidade técnica do profissional em relação ao solicitado no edital.

30- Face ao exposto, reprise-se os 1,5 pontos que foram careados ao CONSÓRCIO MARQUISE/ARCHITECTUS quanto ao atendimento desse quesito devem ser desconsiderados haja vista que a CAT para comprovação de qualificação de Equipe técnica ao Eng. Assis Lyncoln Freitas indicado como responsável técnico por elaboração de projeto de instalações de prevenção e combate a incêndio não atende a esse requisito.

31- O Consórcio Recorrido deve ter sua proposta técnica desclassificada ante a patente descumprimento do item 7.1, subitem 3 e 4 do edital e conforme determina o item 10.5 do instrumento convocatório:

10.5 Serão inabilitadas e desclassificadas as licitantes que não satisfizerem os requisitos exigidos para participação na licitação.

II.IV - Quanto ao Eng. Mecânico Humberto Coelho Halliday

32- Conforme consta da documentação do Consórcio Recorrido o Eng. Mecânico Humberto Coelho Halliday foi indicado responsável técnico por execução de obra de instalações mecânicas de utilidades hospitalares provida de **Sistema de Gases Medicinais** conforme item 6 da tabela 4 - qualificação da equipe técnica que determina:

5	Engenheiro Mecânico com tempo de experiência como coordenador ou chefe de equipe ou responsável técnico por execução de obra de instalações mecânicas de utilidades hospitalares provida de Sistema de Gases Medicinais	ano	1 < anos ≤ 5	1,0
			5 < anos ≤ 9	2,0

https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=139029681&infra_si... 12/48

05/10/2023, 07:00

SEI/GDF - 123824847 - Edital de Licitação

			anos > 9	3,5
--	--	--	----------	-----

33- Ocorre que a Cetidão de Acervo Técnico apresentada pelo Consórcio Recorrido não apresenta a experiência por execução de obra de instalações mecânicas de

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

utilidades hospitalares provida de Sistema de Gases Medicinais, devendo a pontuação atribuída quanto ao preenchimento, qual seja, 3,5 pontos ser revista:



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução 1.025, de 30 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CREA-CE

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
00281.2014
Atividade Concluída

0472

Página: 01/02

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará - Crea-CE, o Acervo Técnico do profissional HUMBERTO COELHO HALLIDAY referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **HUMBERTO COELHO HALLIDAY**
Registro: **13056D - CE** RNP: **0607412836**
Título Profissional: **ENGENHEIRO MECÂNICO**
Número ART: **060741283600018** Tipo ART: **Vinculação** Registrada em: **20/02/2014** Baixada em: **11/03/2014**
Forma de registro: **Participação Técnica**
Empresa contratada: **CONSTRUTORA MARQUISE S/A**
Contratante: **SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ - SESA** CPF/CNPJ: **0795457100010**
Endereço: **AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, Nº 600 PRAIA DO FUTURO**
Cidade / UF: **FORTALEZA / CE** CEP: **60060440**
Endereço obra/serviço: **AVENIDA JONH SANFORD, Nº 1500** CEP: **62030000**
Bairro: **JUNCO** Cidade / UF: **SOBRAL / CE** Valor obra/serviço (R\$): **38.093.940,35**
Data de início: **01/09/2011** Previsão de Término: **30/04/2012** CPF/CNPJ: **07954571000104**
Proprietário: **SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ - SESA**

Atividade Técnica:
1 - ATUAÇÃO - EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO TÉCNICO - AR CONDICIONADO, 1240,00 TOM. REFRIGERAÇÃO;

Informações Complementares (ART):

IMPLANTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES MECÂNICAS NAS OBRAS COMPLEMENTARES DO HOSPITAL REGIONAL NORTE NO MUNICÍPIO DE SOBRALICE - CONTRATO Nº 13102011 - CONSÓRCIO MARQUISE / EIT. OBS: ART REGULARIZADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO 1050/14 RELATIVO AO PROTOCOLO 2014-03662

Número ART: **060741283600019** Tipo ART: **Vinculação** Registrada em: **20/02/2014** Baixada em: **11/03/2014**
Forma de registro: **Participação Técnica**
Empresa contratada: **CONSTRUTORA MARQUISE S/A**
Contratante: **SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ - SESA** CPF/CNPJ: **0795457100010**
Endereço: **AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, Nº 600 PRAIA DE IRACEMA**
Cidade / UF: **FORTALEZA / CE** CEP: **60060440**
Endereço obra/serviço: **AVENIDA JONH SANFORD, Nº 1500** CEP: **62030000**
Bairro: **JUNCO** Cidade / UF: **SOBRAL / CE** Valor obra/serviço (R\$): **38.093.940,35**
Data de início: **01/05/2012** Previsão de Término: **28/08/2012** CPF/CNPJ: **07954571000104**
Proprietário: **SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ - SESA**

Atividade Técnica:
1 - ATUAÇÃO - EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO TÉCNICO - AR CONDICIONADO, 1240,00 TOM. REFRIGERAÇÃO;

Informações Complementares (ART):

REFERENTE AO 1º ADITIVO QUE TEM POR OBJETO PRORROGAR POR MAIS 120 (CENTO E VINTE) DIAS, CONTADOS A PARTIR DO DIA 01 DE MAIO DE 2012 - CONTRATO Nº 13102011 - CONSÓRCIO MARQUISE / EIT. OBS: ART REGULARIZADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO 1050/14 RELATIVO AO PROTOCOLO 2014-03662

Número ART: **060741283600020** Tipo ART: **Vinculação** Registrada em: **20/02/2014** Baixada em: **11/03/2014**
Forma de registro: **Participação Técnica**
Empresa contratada: **CONSTRUTORA MARQUISE S/A**
Contratante: **SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ - SESA** CPF/CNPJ: **0795457100010**
Endereço: **AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, Nº 600 PRAIA DE IRACEMA**
Cidade / UF: **FORTALEZA / CE** CEP: **60060440**
Endereço obra/serviço: **AVENIDA JONH SANFORD, Nº 1500** CEP: **62030000**
Bairro: **JUNCO** Cidade / UF: **SOBRAL / CE** Valor obra/serviço (R\$): **45.407.876,31**
Data de início: **01/05/2012** Previsão de Término: **28/08/2012** CPF/CNPJ: **07954571000104**
Proprietário: **SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ - SESA**

Atividade Técnica:
1 - ATUAÇÃO - EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO TÉCNICO - AR CONDICIONADO, 1240,00 TOM. REFRIGERAÇÃO;

Informações Complementares (ART):

REFERENTE AO 2º ADITIVO QUE TEM POR OBJETO REPLANILHAR E, 19,20% O CONTRATO Nº 13102011 - CONSÓRCIO MARQUISE / EIT. OBS: ART REGULARIZADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO 1050/14 RELATIVO AO PROTOCOLO 2014-03662

Número ART: **060741283600021** Tipo ART: **Vinculação** Registrada em: **20/02/2014** Baixada em: **11/03/2014**
Forma de registro: **Participação Técnica**
Empresa contratada: **CONSTRUTORA MARQUISE S/A**
Contratante: **SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ - SESA** CPF/CNPJ: **0795457100010**
Endereço: **AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, Nº 600 PRAIA DE IRACEMA**
Cidade / UF: **FORTALEZA / CE** CEP: **60060440**
Endereço obra/serviço: **AVENIDA JONH SANFORD, Nº 1500** CEP: **62030000**
Bairro: **JUNCO** Cidade / UF: **SOBRAL / CE** Valor obra/serviço (R\$): **45.407.876,31**
Data de início: **29/08/2012** Previsão de Término: **26/12/2012** CPF/CNPJ: **07954571000104**
Proprietário: **SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ - SESA**

Atividade Técnica:
1 - ATUAÇÃO - EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO TÉCNICO - EMPREENDIMENTOS, 1240,00 TOM. REFRIGERAÇÃO;

Informações Complementares (ART):

REFERENTE AO 3º ADITIVO QUE TEM POR OBJETO ACRESCENTAR MAIS 120 DIAS, CONTADOS A PARTIR DO DIA 29 DE AGOSTO DE 2012 - CONTRATO Nº 13102011 - CONSÓRCIO MARQUISE / EIT. OBS: ART REGULARIZADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO 1050/14 RELATIVO AO PROTOCOLO 2014-03662

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

0473

Certidão Número: 00281/2014 Página: 02/02

Número ART: 06074126360022 Tipo ART: Vinculação Registrada em: 20/02/2014 Baixada em: 11/03/2014

Forma de registro: Participação Técnica

Empresa contratada: CONSTRUTORA MARQUISE S/A

Contratante: SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ - SESA

Endereço: AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, Nº 698 PRAIA DE IRACEMA

Cidade / UF: FORTALEZA / CE CEP: 60060440

Endereço obra/serviço: AVENIDA JONH SANFORD, Nº 1500

Bairro: JUNCO Cidade / UF: SOBRAL / CE

Data de início: 28/04/2013 Previsão de Término: 28/06/2013

Proprietário: SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ - SESA

CEP: 62030000

Valor obra/serviço (R\$): 45.407.878,31

CPF/CNPJ: 0795457100010

CPF/CNPJ: 07954571000104

Atividade Técnica:
1 - ATUAÇÃO - EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO TÉCNICO - AR CONDICIONADO, 1240,00 TOM. REFRIGERAÇÃO.

Informações Complementares (ART):
REFERENTE AO 4º ADITIVO, QUE TEM POR OBJETO PRORROGAR POR MAIS 60 (SESSENTA) DIAS, A PARTIR DO DIA 28 DE ABRIL DE 2013 - CONTRATO Nº 13102011 - CONSÓRCIO MARQUISE / EIT. OBS: ART REGULARIZADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO 1039/14 RELATIVO AO PROTOCOLO 2014-03662

Informações Complementares:

CONSIDERAR DO ATESTADO ANEXO, SOMENTE AS ATIVIDADES COMPATÍVEIS COM AS ATRIBUIÇÕES DE ENGENHEIRO MECÂNICO

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 016.727 a 016.734, o atestado contendo 8 página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 00281/2014

11/03/2014, 14.47

Autenticação Digital: 22FE4-45C90-2V2J0



A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constitui prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-CE (www.creace.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará
Rua Cassio e Silva, 81 - Centro - Fortaleza - CE, CEP: 60130-010
Tel: (85) 3453-5801 Fax: (85) 3453-5804 e-mail: certidao@crea-ce.org.br



34- Como se vê, a Certidão de Acervo Técnico (CAT) do o Eng. Mecânico Humberto Coelho Halliday não consta do acervo apresentado **QUALQUER experiência por execução de obra de instalações mecânicas de utilidades hospitalares provida de Sistema de Gases Medicinais** o que, por si só gera afronta aos Termos do que determina o item 6 da Tabela 4 do Edital.

35- Em sua CAT é apresentado **“Execução de obra e serviço técnico - Ar Condicionado, 1240 TOM Refrigeração”**, não da comprovando de execução dos serviços previstos

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

no Edital

- 36- Neste tocante irrefutável trazer a distinção os serviços trazidos na CAT do Engenheiro com aqueles previstos como requisito de qualificação técnica no Edital da Licitação.
- 37- As atividades de execução de sistema de ar-condicionado e sistemas de gases medicinais, mesmo sendo de alta complexidade e técnica, em nada se fazem semelhantes, não podendo se comprovar a capacidade técnica de um sistema a partir da execução do outro. Desta forma, o Consórcio não cumpre o requerido no edital da licitação.
- 38- Face ao exposto, reprise-se os 3,5 pontos que foram careados ao CONSÓRCIO MARQUISE/ARCHITECTUS quanto ao atendimento desse quesito devem ser desconsiderados haja vista que a CAT para comprovação de qualificação de Equipe técnica ao Eng. Mecânico Humberto Coelho Halliday por execução de obra de instalações mecânicas de utilidades hospitalares provida de Sistema de Gases Medicinais não atende a esse requisito
- 39- O Consórcio Recorrido deve ter sua proposta técnica desclassificada ante a patente descumprimento do item 7.1, subitem 3 e 4 do edital e conforme determina o item 10.5 do instrumento convocatório:

10.5 Serão inabilitadas e desclassificadas as licitantes que não satisfizerem os requisitos exigidos para participação na licitação.

II.V – Do não atendimento a diligência destinada ao Plano de Trabalho do Consórcio Marquise/Arquitectus

- 40- Em ata de prosseguimento para retificação da Ata de Sessão Pública do dia 12/01/2024 foi fixado pela Comissão de Licitação foi fixado no prazo de 8 dias úteis, em atendimento ao item 14.5 do Edital A APRESENTAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO POR PARTE DAS EMPRESAS/CONSÓRCIOS, ESCOIMADO DAS CAUSAS QUE A DESCLASSIFICARAM.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

41- Motivação para a apresentação no NOVO PLANO DE TRABALHO, conforme referida ata consubstancia-se “ por não atenderem o subitem 7.2.2.7 do edital c/c o subitem 9.2.2.7 do Termo de Referência que, por sua vez, determinam respectivamente :

7.2.2.7 A proponente que não alcançar no mínimo 10 pontos no item 1 - PLANO DE TRABALHO será desclassificada.

9.2.2.7. A proponente que não alcançar no mínimo 10 pontos no item 1 - PLANO DE TRABALHO será desclassificada.

42- Ou seja, em razão da desclassificação de todas as licitantes por não atingirem a pontuação mínima de 10 pontos nos planos de trabalho foi oportunizado pela Comissão Licitante a prerrogativa prevista no item 14.5 consistente na APRESENTAÇÃO DE OUTRO PLANO DE TRABALHO:

14.5 quando todas as empresas forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a NOVACAP poderá fixar às empresas o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras, escoimadas das causas que as desclassificaram;

43- Vejam que o Edital expressamente determina A APRESENTAÇÃO DE NOVA PROPOSTA escoimadas das causas que as desclassificaram.

44- Não obstante a clareza do Edital neste sentido, o Consórcio Recorrido, em sede de cumprimento da diligência se recusou a enviar tal documento, apresentando tão somente a Petição conforme processo 131963056 (o plano de trabalho encontra as fls. 08 a 17 do processo) e ratificado no processo 132421854, em que apresenta de forma complementar informações a serem incluídas no documento de Plano de Trabalho vejamos:

Processo 131963056

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS



- 45- Em breve leitura das informações prestadas pelo Consórcio Recorrido, conforme processo 131963056 (o plano de trabalho encontra as fls. 08 a 17 do processo) de pronto verificamos não cumprimento ao subitem 7.2.2.5. do Edital Licitatório e no subitem 9.2.2.5 do Termo de Referência que diz “A descrição das características e justificativas/Vantagens da inovação proposta deverá ter no máximo 10 (dez linhas) para cada item”;
- 46- De mais a mais a necessidade de observância ao subitem 7.2.2.5 é reforçado e reprisado Publicação da Ata em 16/01/2024 e contido no processo 131325482, fato não observado na documentação aposta pela licitante no 131963056
- 47- Pela análise é possível verificar que Plano de Trabalho do Consórcio Recorrido que **EM TODOS OS 18 DEZOITO ITENS NÃO OBEDECE AS DIRETRIZES** do Edital, logo patente a necessidade de revisão da pontuação carregada quanto ao preenchimento deste quesito bem como a desclassificação do Consórcio com base no subitem 7.2.2.7 do Edital e no subitem 9.2.2.7 do Termo de Referência

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

que diz “A proponente que não alcançar no mínimo 10 pontos no item 1 – PLANO DE TRABALHO será desclassificada”

48- Outro ponto que merece revisão e análise diz **respeito à análise do conteúdo das inovações propostas.**

49- Isto porque, o Termo de Referência em seu subitem 7.2.2.1 solicita que sejam descritos de forma clara e objetiva inovações tecnológicas/metodológicas a serem implantadas no processo construtivo do hospital.

50- Todavia os itens abaixo elencados demonstram claramente que o Consórcio Recorrido não atendeu ao disposto do item 7.2.2.1 vejamos:

51- **No item 2,** o Consórcio Recorrido apresenta como “inovação tecnológica” a utilização de drywall para as vedações internas do empreendimento o que é de se espantar visto que o drywall surgiu no Brasil em meados de 1970 e teve o seu crescimento de utilização acentuado no início dos anos dois mil. **Portanto, em nada foi apresentado inovações com a utilização deste sistema construtivo, apenas corroborando com a evolução que ocorre no país há mais de cinco décadas, logo o Consórcio não se faz apto a obtenção do ponto neste item.**

52- **No item 7,** o Consórcio Recorrido apresenta como “inovação tecnológica” a utilização de estrutura moldada in loco com laje nervurada que são sistemas construtivos amplamente difundidos, não apresentando inovações tecnológicas além de, assim como o sistema convencional de construção (forma, aço e concreto), é totalmente realizado em campo e possuem prazo de execução similares, confirmando não ser um processo que, mesmo sendo viável em termo construtivo, não irá trazer nenhum ganho tecnológico ao empreendimento, portanto, **o Consórcio Recorrido não se faz apto a obtenção do ponto neste item.**

53- Além disso, o Consórcio Recorrido aborda os temas de forma ampla e subjetiva sem a clareza e objetividade requerida no Edital Licitatório. Em diversos pontos

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

é colocado como “**será proposto**” e não “**será realizado**”, em que não fica claro o comprometimento do Consórcio na execução do que está sendo vinculado em sua proposta técnica.

54- Da mesma forma, em alguns casos o que o Consórcio Recorrido faz é tão somente a reprodução do descritivo do Termo de Referência com pequenos ajustes textuais, **demonstrando claro desconhecimento do que está sendo proposto.**

55- Em face ao exposto, é de se espantar que o Consórcio recorrido tenha obtido a nota máxima (20 pontos) no Plano de Trabalho quando na verdade esta deveria ter sido desclassificada por não cumprimento ao disposto no subitem 7.2.2.5. do Edital Licitatório e no subitem 9.2.2.5 do Termo de Referência, além de todas as inconsistências de conteúdo do Plano de Trabalho apresentado.

56- Assim, O Consórcio Recorrido deve ter sua proposta técnica desclassificada ante a patente descumprimento Plano de Trabalho ao Edital conforme determinam o subitem 7.2.2.5. do Edital Licitatório e no subitem 9.2.2.5 do Termo de Referência e conforme determina o item 10.5 do instrumento convocatório:

10.5 Serão inabilitadas e desclassificadas as licitantes que não satisfizerem os requisitos exigidos para participação na licitação.

II.V - Da proposta comercial do Consórcio Recorrido

57- Consta do Item 8 do Edital que:

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

8 DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE “B”)

8.1 A proposta de preços deverá ser apresentada nos termos do modelo constante do “Anexo VII”, sob pena de desclassificação, devendo ser impressa eletronicamente em uma via original, em papel com timbre da firma, tamanho ofício ou carta, em língua portuguesa, redigida com clareza, sem ressalvas, emendas rasuras ou entrelinhas, em que conste o número deste Edital, numeradas sequencialmente, assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante ou seu procurador constituído, juntando-se, neste caso, cópia da procuração com poderes específicos.

8.1.1 O representante legal deverá comprovar essa qualidade, anexando cópia de pelo menos um dos documentos indicados no Capítulo 2 deste Edital, caso não conste na documentação constante do envelope “A”.

8.2 Na proposta será consignado e acompanhará os seguintes documentos:

8.3 Preço global em real, pelo qual a empresa se compromete a executar os serviços objeto do presente Edital

8.4 A proponente deverá apresentar Planilha Orçamentária e anexos, mantendo a descrição dos itens constantes na Planilha Orçamentária Estimativa-R04 (123218224), no Cronograma Físico-Financeiro (123218396) e no Critério de Medição e Pagamento (123218706).

58- O item 8.10.2 do Edital é incisivo e determinante quanto “ *serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários e/ou globais simbólicos irrisórios e/ou abusivos referentes aos itens: 001.02/2023-GTCOUH - PAVIMENTAÇÃO; 001.03/2023-GTCOUH - PROJETOS; 001.04/2023 - EQUIPAMENTOS, constantes na Planilha Orçamentária Estimativa-R04 (123218224) nos termos do art. 116 do RLC/NOVACAP e art. 56 da Lei nº 13303/2016.*”

8.10 Outras considerações sobre a proposta de preços:

8.10.1 O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pela NOVACAP;

8.10.2 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários e/ou globais simbólicos irrisórios e/ou abusivos referentes aos itens: 001.02/2023-GTCOUH - PAVIMENTAÇÃO; 001.03/2023-GTCOUH - PROJETOS; 001.04/2023 - EQUIPAMENTOS, constantes na Planilha Orçamentária Estimativa-R04 (123218224) nos termos do art. 116 do RLC/NOVACAP e art. 56 da Lei nº 13303/2016;

59- O anexo II – Relação de elementos técnicos, traz, no seu bojo a relação de documentos que os licitantes estão obrigados a apresentarem, sob pena de desclassificação.

60- Não obstante, o CONSÓRCIO MARQUISE/ARCHITECTUS NÃO atendeu ao item 1.1 do anexo II haja vista a ausência dos seguintes documentos indispensáveis que deveriam ser anexados, vejamos:

Anexo II - Relação de Elementos Técnicos:

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

ITEM	DESCRIÇÃO	NOME DO ARQUIVO DIGITAL	DOC SEI
1	ORÇAMENTO		
1.1	PLANILHA ESTIMATIVA Nº 001/2023-GTCOUH-R04-CAPA, fazendo parte também as planilhas Estimativas: Orçamento Macro, 001.01/2023-GTCOUH: Preço de referência, 001.02/2023-GTCOUH: Pavimentação e Paisagismo do acesso, 001.03/2023-GTCOUH: Projetos, 001.04/2023-GTCOUH: Equipamentos Hospitalares, 001.04/2023-GTCOUH: Critérios de pagamento, cronograma físico-financeiro, curva "S", % de referência, planilhas de composições, planilhas de composições auxiliares, Rotas, Encargos, BDI da obra, BDI dos Equipamentos Relevantes e BDI de Consultoria.	PROJ-PR-001-22-ORÇ-DT-001-23-GTCOUH-PLA-CLP-R04	123218036

61- Isto porque, como se verifica da documentação acostada à proposta do CONSÓRCIO MARQUISE/ARCHITECTUS (publicizada em 12/01/2024) encontram-se ausentes as comprovações de custos relativos aos seguintes itens

- 001.02/2023-GTCOUH: Pavimentação e Paisagismo do acesso;
- 001.03/2023-GTCOUH: Projetos;
- 001.04/2023-GTCOUH: Equipamentos Hospitalares;

62- Nota-se que a ausência desses documentos na composição da planilha orçamentária da licitante impedida, por parte da Comissão Julgadora, a verificação e comprovação da exequibilidade da proposta de preços, ou seja, uma perfeita afronta ao que dispõe o Edital devendo ser desclassificada na forma que determina o item 8.10.2 do edital e ainda em obediência ao que determina o art. 56 da Lei Federal nº 56 que determina e do art. 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP que determinam, respectivamente:

Lei Federal nº 13.303/2016

Art. 56. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

(..)

II - Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

(...)

VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP

Art. 116. As fases de lances, de desempate, de negociação e de apresentação das propostas e de documentação, observarão, além do previsto em Edital, as seguintes regras:

VII - após o julgamento dos lances ou propostas, o Presidente da CPL ou Pregoeiro, promoverá a verificação de sua efetividade e desclassificará as propostas que:

b) descumpram especificações técnicas constantes do Edital;

f) apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

63- O Consórcio Recorrido deve ter sua proposta técnica desclassificada na forma que determina o item 8.10.2 e 10.5 do Edital.

II.III - Da patente necessidade de desclassificação do CONSÓRCIO MARQUISE/ARCHITECTUS

64- Como cediço cabe a administração pública encontra-se estritamente vinculada ao instrumento convocatório e os princípios da legalidade, isonomia e julgamento objetivo das propostas.

65- No ato convocatório constam todas as normas e critérios aplicáveis à licitação. É por meio dele que o Poder Público chama os potenciais interessados em contratar com ele e apresenta o objeto a ser licitado, o procedimento adotado, as condições de realização da licitação, bem como a forma de participação dos licitantes. Nele devem constar necessariamente os critérios de aceitabilidade e julgamento das propostas, bem como as formas de execução do futuro contrato.

66- Neste diapasão, o instrumento convocatório, edital ou convite, deve ser obrigatoriamente observado, seja pelos licitantes, seja pela Administração Pública. A inobservância do que consta no instrumento convocatório gera nulidade do procedimento, visto que esse é o instrumento regulador da licitação.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

“O edital é a lei interna do processo de licitação, vinculando aos seus termos tanto a Administração Pública como os licitantes. Não seria aceitável que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e, no decorrer do processo ou na realização do julgamento, se afastasse do estabelecido. Ou ainda, que aceitasse de apenas um dos participantes a apresentação de proposta em desacordo com o estabelecido.”

67- Já o princípio da isonomia tem fundamento no art. 5º. da Constituição Federal e está preceituado no art. 3º. da Lei No. 8.666/93. Princípio de extrema importância para a licitação pública, significa, segundo **José dos Santos Carvalho Filho**, *"que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro.*

68- Quanto à afronta ao julgamento objetivo das propostas destacamos os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

O princípio do julgamento objetivo afasta a discricionariedade na escolha das propostas, obrigando a Comissão de Julgamento a se ater ao critério prefixado pela Administração, levando sempre em consideração o interesse do serviço público. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no Edital."
(Marçal Justen Filho - 2005)

69- Significa, pois, que a Comissão de Licitações deve realizar o julgamento da proposta de forma objetiva e dentro das normas e requisitos do edital em tela, bem como também conforme as respostas aos questionamentos recebidos e respondidos.

70- A violação ao edital ofende o princípio da isonomia, norma basilar da Administração Pública com assento no art. 37, caput, da Constituição. Admitir a proposta da recorrida, portanto, corresponde, de uma só vez, a uma violação ao princípio da vinculação ao edital de licitação e ao princípio da igualdade, ambos previstos de forma textual no art. 31 da Lei n. 13.303/2016 e no art. 2º do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. Veja-se o que dizem os dispositivos:

Lei Federal nº 13.303/2016:

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

RLC – Novacap

Art. 2º São princípios aplicáveis às licitações e aos contratos celebrados pela NOVACAP aqueles que visem a assegurar as diretrizes previstas nos arts. 31 e 32 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, em especial os princípios da integralidade, da legalidade, da impessoalidade, da igualdade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, **da probidade administrativa**, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório**, **da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo**, além das seguintes diretrizes

Neste mesmo sentido é uníssono o entendimento do Tribunal de Contas:

É irregular a desclassificação de proposta em razão de ausência de informações que possam ser saneadas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, desde que não resulte inserção de documento novo **ou afronta à isonomia entre os participantes**. (Acórdão 4063/2020-Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, grifamos).

Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, desde que não resulte inserção de documento novo **ou afronta à isonomia entre os participantes**. (Acórdão 2873/2014-Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman, grifamos).

A/C nº 460/2013

É obrigatória, em observância ao princípio da vinculação ao edital, a verificação de compatibilidade entre as regras editalícias e as propostas de licitantes. Propostas em desacordo com o instrumento convocatório devem ser desclassificadas. (rel. Ana Araes)

71- Ressalta -se que não se trata erro formal ou sanável por meio de diligência da Comissão. A ausência destes documentos na proposta técnica e comercial da licitante recorrida impede a todo tempo e modo qualquer análise por parte

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

Comissão Julgadora quanto a verificação/constatação da qualificação da equipe técnica e ainda quanto a verificação/constatação acerca do preço ofertado ser irrisório e ou abusivo quanto aos itens: 001.02/2023-GTCOUH - PAVIMENTAÇÃO; 001.03/2023-GTCOUH - PROJETOS; 001.04/2023 - EQUIPAMENTOS.

72- Desta feita, a desclassificação na forma do que determina o item 8.10.2 e 10.5 é medida que encontra guarida junto ao Tribunal de Contas da União, vejamos:

ACÓRDÃO 300/2016 - PLENÁRIO

9.3.1. propostas técnicas em desacordo com o projeto básico anexo ao edital deverão, a teor dos arts. 43, IV e § 3º, e 48, I, ambos da Lei 8.666/93, ser desclassificadas, exceto se contiverem erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, os quais poderão ser saneados pela própria comissão de licitação;

73- Ante ao contexto imperioso se faz o provimento do presente recurso, com a desclassificação da proposta da recorrida, sob pena de grave violação à isonomia e à vinculação ao edital de licitação.

III-DO PEDIDO

Face ao exposto, O (“Recorrente”) **CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS** vem requerer que, recebido, conhecido e processado este Recurso, seja-lhe dado o devido provimento, para o fim de:

a) Seja reconsiderada da pontuação atribuída **CONSÓRCIO MARQUISE/ARCHITECTUS**, ao

- Engenheiro Civil José Santos Carvalho indicado como responsável técnico por **execução de obra de prevenção e combate a incêndio**, com **a perda de 2 pontos**;
- Engenheiro Civil Assis Lyncoln Freitas indicado como responsável técnico por elaboração de **projeto de instalações de prevenção e combate a incêndio - com a perda de 1,5 pontos; e**
- Engenheiro Mecânico Humberto Coelho Halliday indicado como responsável técnico por execução de obra de instalações mecânicas de utilidades hospitalares provida de **Sistema de Gases Medicinais - com a perda de 3,5 pontos.**

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS

- b) A reconsideração da classificação da recorrida **CONSÓRCIO MARQUISE/ARCHITECTUS**, pronunciando a desclassificação da sua proposta na forma do que determinam os itens 7.2.2.5. 8.10.2 e 10.5 do Edital, sob pena de grave violação à isonomia e à vinculação ao edital de licitação e julgamento objetivo da proposta.

Caso a decisão combatida não seja RECONSIDERADA por Vossa Senhoria, requer-se que o presente Recurso seja remetido a Autoridade Superior juntamente com os autos do processo administrativo.

Pelo provimento do Recurso.

Belo Horizonte - MG, em 04 de março de 2024.

CONSÓRCIO RECANTO DAS EMAS
DERALDO FERRAZ DE OLIVEIRA JUNIOR